

Histórico da Biblioteca do Senado Federal

Adélia Leite Coelho

Biblioteca
Senado Federal
Brasília, DF

Resumo — Desde sua fundação, em 1826, a biblioteca atravessou quatro fases em sua evolução. A partir de sua mudança para Brasília, o seu desenvolvimento se tornou mais marcante, estando atualmente integrada num amplo programa de automação das atividades de informação do Senado Federal.

Primeira fase: de 1826 a 1889

A primeira notícia que se tem sobre a formação de uma livraria para o Senado da Câmara, como era denominado naquele tempo, consta de uma requisição do Barão de Cairu, em 1826, “propondo que se ordenasse à Comissão de Polícia do Senado que fizesse aprontar e depositar na Secretaria do mesmo Senado um corpo das Leis de Portugal, incluindo as Ordenações do Reino, Extravagantes, Sistemas de Regimentos, Coleção dos Arestos da Casa da Suplicação de Lisboa e as Coleções separadas das Leis Militares”.

Para dar cumprimento a essa requisição o Visconde de Abaeté, em indicação de 18 de maio de 1826, propôs “que se nomeasse uma Comissão composta de um membro de cada uma das três comissões existentes — Legislação, Comércio e Finanças — para apresentar à Câmara o catálogo dos livros, de que se devesse compor a livraria do Senado”. Essa indicação foi aprovada, apesar de combatida pelo Marquês de Maricá, alegando que “a despesa era enorme e desnecessária, visto os Srs. Senadores terem os seus próprios livros, devendo, portanto, consultá-los em casa”.

Por essa época, a Biblioteca e o Arquivo se confundiam, constituindo um único órgão que ocupava uma das salas do pavimento superior do Paço do Senado, sediado em um sobrado no Campo de Santana, junto ao antigo palacete do Conde dos Arcos, no Rio de Janeiro. Durante os anos subsequentes, poucas vezes falou-se no Senado sobre sua livraria, a não ser, vez por outra, para reclamarem as Ordenações, Repertórios, *Coleção das*

Leis Extravagantes, o Sistema de Regimentos, o Índice de Manuel Fernandes Tomás e o Índice Cronológico de João Pedro Ribeiro.

Naquele tempo, era mesmo considerado fato digno de uma Comunicação ao Plenário o recebimento de “trinta volumes” dos Debates do Parlamento Inglês. (Ata de 27/5/1837).

A 7 de novembro de 1863 foi aprovado o primeiro regulamento do Senado que em sua segunda seção dispunha:

“Do Arquivo e Biblioteca

Art. 2.º — O serviço do Arquivo e Biblioteca será incumbido ao primeiro oficial e um contínuo, proposto pelo oficial-maior, e aprovado pelo Presidente do Senado”.

Por essas disposições se conclui que Arquivo e Biblioteca representavam um único órgão, cujas atribuições eram idênticas.

Talvez, por isso, não havia ainda sido concretizada a idéia de uma biblioteca para o Senado conforme se depreende de uma exposição do Visconde de Abaeté em uma reunião da Ata da Conferência da Mesa do Senado em 15 de outubro de 1866 onde consta que “o assunto da reunião era expor à Mesa a necessidade e conveniência de se encomendarem da Europa alguns livros para dar começo à criação de uma livraria digna do Senado”.

Ora, se nessa exposição se fala em “dar começo”, devemos concluir que, de fato, em outubro de 1866, o Senado não possuía ainda uma biblioteca, pelo menos uma biblioteca digna dessa Casa.

Ficou, então, resolvido: “1.º) — que se comprassem na Loja de Antônio Gonçalves Guimarães & Cia., estabelecidos à Rua do Sabão, as obras de que abaixo se transcrevem os títulos, pelos preços em que se tinha convindo e que se declararam; 2.º) — que se mandassem vir da Europa por meio da Legação do Brasil, em Lisboa, as obras que constam da relação que, também, em seguida se transcreve; 3.º) — que a Mesa devia prosseguir na aquisição de outras obras que lhe parecessem próprias para a livraria do Senado, ou comprando-as nas lojas de livros desta cidade, ou mandando-as vir da Europa, na conformidade do que ela deliberar em conferência”.

Foram em número de 39 os volumes comprados aos livreiros acima referidos, pelo preço de 422\$000.

Estavam assim lançadas as bases da futura biblioteca, cabendo ao Visconde de Abaeté — Antônio Paulino Limpo de Abreu — português de nascimento e brasileiro de coração, como Presidente do Senado, o mérito de tê-la criado. E, para dar maior impulso ao seu desenvolvimento, ofertou-

lhe uma preciosa coleção de livros, no que foi imitado pelo Primeiro-Secretário, José da Silva Mafra, e pelo oficial-maior da Secretaria, Ângelo Tomás do Amaral.

Ao findar desse ano, 1866, contava a livraria do Senado com 155 volumes. Em anos seguintes, o seu acervo apresentava: em 1871: 880 volumes; em 1872: 897 volumes; em 1874: 972 volumes; em 1876: 994 volumes; em 1876: 1044 volumes; em 1883: 1143 volumes.

Por esses dados, verifica-se que seu desenvolvimento foi diminuto e a Biblioteca esteve a ponto de desaparecer, por completo abandono e esquecimento, o que provocou enérgicas medidas da Mesa pelo extravio de suas obras.

Segunda fase: de 1891 a 1960

Com a Proclamação da República era ainda muito precária a situação da Biblioteca, tanto que em um trecho do Relatório das Atividades do Senado referentes ao ano de 1891, na Presidência de Prudente de Moraes, pode-se ler: “O curto intervalo entre o encerramento da sessão extraordinária e a atual reunião do Senado não permitiu que a secretaria se ocupasse da reorganização do Arquivo e da Biblioteca. Em ocasião oportuna será feito esse serviço, tendo-se em vista principalmente dotar a referida Biblioteca com obras modernas e de real merecimento, no caso de serem consultadas pelos Srs. Senadores”.

Felizmente, porém, em 1895, a Biblioteca recebeu um novo impulso com a eleição para a Presidência do Senado do Dr. Manuel Vitorino Pereira, que assim se exprime em Relatório: “Era muitíssimo pobre a Biblioteca do Senado, se ao que havia dar-se este nome, desde que constava exclusivamente de *Anais* das duas Casas, relatórios, coleções de leis e de pareceres da Mesa e do Conselho de Estado. Nem uma obra para consulta, nem um jornal, nada ou quase nada existia”. Em relatório do ano seguinte acrescenta: “Como já vos disse quando solicitei verba para a aquisição de livros e assinaturas de revistas e jornais, o Senado não tinha biblioteca. Coleções de *Anais* e de leis, algumas delas incompletas, raras obras truncadas, eis o que encontrei nos velhos armários do edifício. No curto período de pouco mais de um ano, a biblioteca possui já cerca de 6 000 volumes e mais de 100 revistas e jornais. Entre as obras adquiridas por oferta ou por compra, figuram coleções preciosíssimas e diversas de extrema raridade tais como: A Coleção completa dos *Anais* da Convenção e do Congresso Federal norte-americano desde 1789 até hoje, a coleção Hansard ou os trabalhos do Parlamento inglês, desde 1066 até 1894, isto é, 828 anos, e muitas outras obras de grande valor”.

Em 1898, ainda na gestão de Manuel Vitorino, foi publicado o primeiro catálogo da Biblioteca, sob a direção de R. Vila-Lobos, funcionário da Biblioteca Nacional, donde fora requisitado para essa finalidade. De seu

trabalho, ele próprio nos fala na Introdução desse Catálogo, do qual, transcrevemos alguns trechos, e que até os nossos dias constitui um dos melhores subsídios para a história da Biblioteca do Senado:

“Apenas auxiliado por dois empregados do Senado, tirados do corpo de contínuos, tivemos que por em ordem toda a nossa atividade para darmos cabal desempenho à árdua tarefa que nos fora cometida e que por sua natureza devera ser confiada a uma comissão de funcionários. Primeiramente, antes de serem colocados os livros nas estantes, dispostos por formatos, segundo as boas normas de bibliotecnia, foram submetidos a vários processos, cada volume, depois de convenientemente desinfetado, foi marcado em dois lugares com o carimbo da Biblioteca e recebeu aderida ao dorso, uma etiqueta na qual se lhe designou por três números a estante, a prateleira e a ordem de sua colocação nesta” [...]. “A Biblioteca do Senado Federal, em sua especialidade sem rival dentre todas as do Brasil, começou a ser regularmente freqüentada com a abertura dos trabalhos legislativos do ano passado (1897) e conforme se depreende do presente catálogo, com exclusão dos duplicados, conta atualmente 12 000 volumes, sendo 9 490 encadernados, 985 brochados e 158 títulos de jornais, revistas, etc., além de 25 cartas e mapas convenientemente entelados” (3).

Desses números, concluímos que o desenvolvimento da Biblioteca na Presidência de Manuel Vitorino foi realmente considerável e não é sem razão que Vila-Lobos lhe atribui o título de verdadeiro fundador da Biblioteca do Senado. Seus antecessores tiveram a iniciativa, mas coube a ele a execução.

Nesse sentido há ainda o depoimento de Rosa e Silva, que o substituiu na Presidência do Senado e que em um Relatório sobre as atividades do ano de 1899, fazendo referência à organização de um catálogo, no qual seria adotado o método decimal de Melvil Dewey, assim se refere ao seu antecessor: “É sem dúvida alguma lisonjeiro o impulso dado, a esse grande melhoramento, que data apenas de poucos anos, pois a Biblioteca do Senado deve sua existência à iniciativa de meu ilustre antecessor. Como continuador de tão útil instituição fiz o que me era possível para elevá-la ao ponto em que chegou”.

O cargo de Bibliotecário da Secretaria do Senado, com a incumbência de acumular também as funções de arquivista, foi criado a 9 de dezembro de 1898, tendo sido designado para exercê-lo o Sr. Luís de Andrade, que nele permaneceu até morrer.

Dessa data em diante, a Biblioteca continuou crescendo, e a sua visível falta de espaço constou de vários relatórios, havendo até uma proposição no sentido de que se devesse apenas conservar o que havia, sem novas aquisições, até que fosse uma realidade o Palácio do Congresso.

Com a criação do cargo de arquivista, a 5 de dezembro de 1909, a Biblioteca e o Arquivo se desmembraram. Na mesma data foi criado, também, o cargo de conservador da Biblioteca, para o qual foi indicado o contínuo Basílio Emídio de Almeida.

Em virtude do falecimento do bibliotecário Luís de Andrade, em 1912, foi nomeado para substituí-lo o Dr. Antônio Souto Castagnino.

Em 1926 foi aprovado o novo Regulamento da Secretaria do Senado, onde foram definidas as novas atribuições da Biblioteca, muitas das quais permanecem até o presente.

Nessa época, o Senado já funcionava no Palácio Monroe, inteiramente remodelado, cujas obras foram inauguradas a 3 de maio de 1925, pelo Dr. Estácio de Albuquerque Coimbra, Presidente do Senado e Vice-Presidente da República.

A Biblioteca foi instalada no primeiro pavimento, ao lado do salão nobre e das Comissões, onde permaneceu por vários anos, tendo sido posteriormente transferida para o andar térreo do mesmo edifício.

Vitoriosa a Revolução Liberal de 1930, o Congresso foi fechado e só reaberto em 1934 para a instalação da Assembléia Constituinte. Durante esse recesso, encarregou-se da administração da Biblioteca o bibliotecário Antônio Souto Castagnino, que em 1936 foi elevado à categoria de diretor.

Com o golpe de estado de 1937, a instalação do Estado Novo e o Congresso novamente fechado, o Palácio Monroe foi ocupado pelo Ministério da Justiça, que ali permaneceu até a volta do País à normalidade constitucional, em 1946. Nesse interregno, a Biblioteca sofreu grande desfalque em suas coleções. Obras raras e preciosas desapareceram misteriosamente, sem deixar vestígios. Entre essas, destaca-se a coleção *Parliamentary History of England*, de Hansard, com 452 volumes, contendo notáveis subsídios sobre o problema escravo no Brasil, cujo desaparecimento constitui uma das perdas irreparáveis.

Pela Portaria n.º 9, de 1.º de junho de 1946, foi designado o Diretor de Serviço Augusto Olímpio Gomes de Castro para ter exercício na Biblioteca, onde permaneceu até 1948, tendo sido substituído pelo Diretor Vítor Midosi Chermont. Dessa data em diante, o cargo de diretor da Biblioteca foi ocupado, sucessivamente, por Hilário Cintra, Franklin Palmeira, Lauro Portela, Aurea de Barros Rego, Rubens Pinto Duarte, Maria do Carmo Rondon Saraiva, José Soares de Oliveira Filho, Gilda Leal Costa e Adélia Leite Coelho.

Em 1950, foram criados na Secretaria do Senado vários cargos, entre os quais, dois de bibliotecários e, finalmente, pela Resolução n.º 4 de 1955, foi estabelecida a carreira de bibliotecário, com um quadro de seis lugares cuja estrutura não foi ainda alterada até o presente.

Terceira fase: Brasília, de 1961 a 1972

Transferida do Rio de Janeiro para Brasília, em decorrência da mudança da Capital, a Biblioteca teve que adaptar suas instalações às condições existentes, passando a ocupar 4 andares do Anexo do Edifício do Senado Federal, abrangendo uma área de 1 500 m². Se, sob o ponto de vista material, a Biblioteca lucrou com a transferência, obtendo mais espaço e melhores instalações, sobre outro aspecto não progrediu.

Só em 1968, na Presidência Gilberto Marinho, é que o direito do bibliotecário, outorgado pela Lei 4 084, de 1962, foi reconhecido no Senado com a nomeação de um bacharel em Biblioteconomia para dirigir a Biblioteca.

Devido à particular atenção que lhe dedicou esse Presidente, a Biblioteca obteve em sua gestão todos os melhoramentos de que necessitava para uma instalação condigna e mais funcional. Seu acervo foi atualizado e enriquecido com boas e modernas obras técnicas e de referência. Criou-se também o serviço de reprografia com a aquisição de máquinas xerográficas, mimeógrafos eletrônicos e duplicadoras Flexo-Writer. Enfim, tendo conseguido fazer-se notar pelos serviços que prestava aos consulentes, continuou a receber a atenção do Presidente João Cleófas, e, finalmente, durante a gestão do Presidente Petrônio Portela, conseguiu atingir a dimensão da Casa a que serve.

Acha-se atualmente instalada numa área de 2 700 m², com todo o equipamento e acomodações necessários aos seus serviços. A parte bibliográfica também não foi esquecida, tendo sido completadas as suas coleções e seu acervo enormemente enriquecido. Seu acervo atual é de 68 206 volumes e 1 326 títulos de periódicos.

É depositária em Brasília das publicações da Unesco. Possui, também, um repositório de obras raras de grande valor histórico e estimativo, tais como a *Flora Brasiliensis*, as *Ordenações do Reino*, coleções do *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *Correio Mercantil*, *Correio da Manhã* e vários números esparsos dos primeiros jornais brasileiros.

Sua clientela é constituída de senadores, deputados, ministros de Estado, do Supremo Tribunal e outros órgãos da Justiça, corpo diplomático, advogados, funcionários da Casa e estudantes universitários. O empréstimo a domicílio, porém, só é facultado aos membros do Congresso e aos funcionários da Casa. Os outros casos são resolvidos pela Diretora ou mediante licença especial. Atende diariamente a cerca de 100 consulentes. Tem atualmente 1 000 leitores inscritos.

No momento, o laboratório de microfilmagem se encontra em processo de instalação. A Biblioteca dispõe, também, de um moderno e bem equipado serviço de encadernação.

Quarta fase: automação, 1973 —

Paralelamente às suas novas e modernas instalações, a Biblioteca recebeu, também, na Presidência Petrônio Portela, uma completa reforma em sua estrutura, tendo em vista a implantação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (PRÓDASEN). Assim é que ela passou a fazer parte da Secretaria de Informação, órgão recém-criado, objetivando o processamento das informações legislativas e bibliográficas.

A Seção de Referência Legislativa desmembrou-se da Biblioteca, sendo elevada à categoria de Subsecretaria de Análise, pertencente, também, à Secretaria de Informação.

A Secretaria de Informação dispõe de um serviço de controle de informação para atendimento do público em geral, encarregada de encaminhar as pesquisas aos órgãos respectivos: Biblioteca e Subsecretaria de Análise.

A Biblioteca já iniciou a automação de seus serviços, tendo cerca de 15 000 títulos de livros, armazenados no computador. A indexação de periódicos foi iniciada recentemente.

O sistema consiste em transcrever, para os formulários enviados pelo PRODASEN, as fichas referentes à catalogação dos livros. Nessa transcrição procura-se evitar apenas as repetições inúteis constantes da pista. No mais, a ordem é idêntica. Preenchido o formulário, ele passa imediatamente para a memória do computador e sua recuperação se processa pelo nome do autor, pelo título da obra e pelo assunto representado pelos cabeçalhos de assuntos.

A Subsecretaria de Análise tem a seu encargo a manutenção do sistema de informação legislativa, isto é, do órgão encarregado de prover as informações no campo da referência legislativa. A manutenção inclui não apenas o conjunto de novas normas legais editadas, até o nível de decreto, mas também a atualização da legislação em vigor. Esta tarefa é desempenhada pela Seção de Referência Legislativa.

A Seção de Pesquisa da Subsecretaria de Análise desenvolve sistemas destinados a acelerar a recuperação dessas informações. Atualmente trabalha na elaboração de um thesaurus da Constituição Federal e da legislação complementar, com o objetivo de desenvolver metodologia própria neste campo da informação jurídica.

O problema único da Biblioteca, no momento, consiste no reduzido número de bibliotecários que possui. Como já mencionei em outro local, seu quadro, criado em 1955, consta de 6 cargos, apenas, e até hoje não foi aumentado.

No decorrer desta pesquisa, cheguei à conclusão de que a Biblioteca não teve apenas um único fundador; teve vários, cabendo sua iniciativa à se-

mentinha lançada pelo Barão de Cairu, há 148 anos, dois anos após a instalação da Assembléia Legislativa. Faltou-lhe, contudo, a indispensável continuidade. Passou por fases de grandeza e de decadência, ao sabor do interesse maior ou menor dos dirigentes do Senado. Nesse longo período de vida, porém, poucos foram os Presidentes desta Casa que se interessaram verdadeiramente pelo seu progresso e desenvolvimento, razão de seus altos e baixos. Sempre a ponto de desaparecer e sempre renascendo, apresenta-se agora com vigor novo. Se não surgir novamente outro período de declínio, dentro de poucos anos poderá emparelhar-se entre as melhores bibliotecas brasileiras.

Abstract

History of the Library of the Federal Senate

Since it was established, in 1826, the library passed through four evolutionary phases. After it was transferred to Brasília its development was more intense and now it is integrated in a wide scale program of automation of the information activities at the Federal Senate.

REFERÊNCIAS

1. CASTRO, Ramiro Berbert de. *Histórico e descrição dos edifícios da Cadeia Velha, Palácio Monroe e Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Empreza Brasil Editora, 1926. 66 p. (Separata do Livro do Centenário da Câmara dos Deputados (1826-1926)).
2. SAMPAIO FILHO, Durval. *Índice cronológico dos fatos referentes à Biblioteca do Senado Federal*. 2 v. (Mimeografado).
3. SENADO FEDERAL. Coleções de atas da conferência da mesa, relatórios, regulamentos e resoluções da Secretaria.
4. VILA-LOBOS, R. Introdução. In: SENADO FEDERAL. *Catálogo alfabético da Biblioteca do Senado Federal da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1898, v. 1, p. III-XXVII.